

ANPEd - Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação

15841 - Resumo Expandido - Trabalho - XV Reunião ANPEd Sul (2024)

ISSN: 2595-7945

Eixo Temático 24 - GE Educação e Povos Indígenas

A Lei n. 11.645/2008 e as aprendizagens interculturais a partir de curso no YouTube

Fatima Rosane Silveira Souza - UNISC - Universidade de Santa Cruz do Sul

Maria Cristina Graeff Wernz - UNISC - Universidade de Santa Cruz do Sul

A Lei n. 11.645/2008 e as aprendizagens interculturais a partir de curso no YouTube

Este artigo objetiva compartilhar os percursos de um grupo de estudantes, pesquisadores e egressos de um programa de mestrado e doutorado em educação, indígenas e não indígenas, de uma universidade comunitária, visando contribuir para a efetividade da Lei n. 11.645/2008, a partir de um curso de extensão de 40h, transferido para a internet, a partir da pandemia de COVID-19. A premissa do curso é dialogar com indígenas de diferentes povos da América, lideranças, professores, sábios ou intelectuais. O campo da pesquisa é uma dimensão do estar-sendo pesquisador, no ato e no modo de dialogar, desde o planejamento dos encontros, passando pelo momento da fala, para um público diverso de locais e fusos horários diferentes. Como forma de avaliar a atividade e acompanhar a percepção dos cursistas, a cada encontro é proposta uma questão central reflexiva, cuja resposta pode ter a forma de poesia, imagem, áudio, vídeo ou texto dissertativo. Não há uma metodologia consolidada, mas um trançado entre culturas que vai nos dizendo a maneira de caminhar e que é preciso avançar.

Palavras-chave: lei n. 11.645/2008; povos indígenas; curso de extensão; YouTube

Introdução

Neste artigo, relatamos o processo de criação de curso de extensão com a temática voltada à divulgar a história e a cultura dos povos indígenas da América. O curso foi criado, por estudantes e egressos do Programa de Pós-Graduação em Educação - Mestrado e Doutorado, de uma universidade comunitária localizada na região central do Rio Grande do Sul. De maneira geral, o propósito do curso é contribuir para a divulgação e a efetividade da Lei n. 11.645/2008, a qual estabelece a obrigatoriedade da inclusão, no currículo oficial da educação básica, da história e da cultura Indígena. Nessa perspectiva, buscamos oportunizar a aproximação, o diálogo, bem como ampliar os espaços para escuta da palavra indígena, estabelecendo, ao mesmo tempo, uma jornada empenhada em aprender com os indígenas.

O curso teve por origem a proposta do programa de pós-graduação de atender ao “princípio de indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão”, conhecido como um tripé ou o eixo fundamental que define o papel da universidade brasileira perante a sociedade, de acordo com o art. 207 da Constituição Brasileira.

Nessa perspectiva, o desafio proposto em uma disciplina do Programa visa contribuir à formação continuada de professores da Educação Básica, haja vista a relação universidade-comunidade-escola, envolvendo pesquisa, produção teórica e didática.

Até então, em diálogo com professores da educação básica, observamos

que a Lei n. 11.645/2008 não estava contemplada entre as atividades curriculares na maioria das escolas, tampouco havia alguma ação sistemática sobre a história, a cultura e a presença indígena na sociedade, tampouco a valorização do artesanato ou da literatura indígena.

A partir dessas experiências formativas, percebemos o desconhecimento de docentes a respeito dos povos indígenas em nosso Estado. Segundo a professora Kaingang Andila Nivygsânh Inácio, essa lei foi uma dívida dos povos indígenas aos não indígenas, por se tratar de uma oportunidade para estudar a história de sua ancestralidade (Bergamaschi, 2010). Era necessário indagar, então, o que pode ser feito para ajudar na efetividade dessa lei.

Sobre o docente e sua jornada, é necessário lembrar: “É uma caminhada multiterno, multilocal, multissistemas, multiculturas e multitarefas; lida com todo o tipo de desconforto, desânimo e, também, alegrias, carinhos e sorrisos de gratidão” (Souza, 2019, p. 119). Nesse contexto, o afastamento para participar de formações é difícil, situação que foi moldando nosso planejamento.

Os caminhos - aprendendo a caminhar

Em 2017, realizamos a primeira experiência de formação de professores em uma escola, no interior de Estrela Velha, a cerca de 100 km da universidade, região central do Grande do Sul. Encontros mensais, entre os meses de julho e novembro, com 2h30min de duração, ao entardecer, para facilitar a participação dos professores. A escola está localizada nas proximidades de uma aldeia Mbya Guarani e recebe alunos egressos da escola indígena,

O objetivo era proporcionar aos professores uma experiência formativa a partir da Lei n. 11.645/2008, propondo reflexões sobre si mesmos, no terreno pessoal e profissional (Souza, 2019). Estimulamos o diálogo, a escuta, com respeito aos silêncios. Buscamos compreender as percepções sobre o modo de ser Guarani, como educam suas crianças, a cosmologia e a espiritualidade nesse existir. A Lei não era conhecida naquela escola.

A experiência trouxe inspirações importantes para outras ações. Em 2018, em uma cidade da fronteira, a partir da mesma disciplina do programa, iniciamos um projeto de extensão que contou com a participação de indígenas estudantes de uma universidade federal. A partir dessas experiências, nova edição foi planejada e contou com parcerias e apoios institucionais, efetivados por meio de acordos de cooperação, convênios ou adesão voluntária ao projeto.

Das inúmeras formas de investigar e de fazer ciência, apresentou-se o que consideramos uma dimensão potente do estar-sendo em convivência com indígenas. Fortalecidos e provocados pela experiência anterior, a nova edição teve a participação de indígenas acadêmicos da universidade federal da fronteira, os quais contribuíram para a realização de oficinas com diálogos e reflexões sobre as cosmologias ameríndias, quando foram evidenciadas a cultura dos povos Kaingang e Guarani, com aspectos da espiritualidade, organização familiar, educação, língua e ancestralidade.

Presença indígena evidenciada; o episódio foi bem recebido na região. Passamos a adotar como diretriz a participação de indígenas, na organização, no planejamento e na execução, como convidados. Essa ação foi tão potente que desencadeou o processo de ingresso do primeiro indígena no Mestrado em Educação, além de outras contribuições para nossos movimentos de formação (Wernz, 2021).

A crise sanitária e os novos movimentos

Em 2020, chegamos a uma encruzilhada: com a pandemia da COVID-19: ou encontrávamos meios para prosseguir ou teríamos que interromper as atividades. O ímpeto era de paralisação. Passados alguns dias, observada a hiperdisponibilização de tecnologias comunicacionais, decidimos que esse era o caminho para continuar. Era preciso contar com parcerias para prosseguir, pois não havia orçamento.

As parcerias foram se formando. Com os recursos tecnológicos disponíveis, sem demandar deslocamentos, aglomerações, nem desembolsos, passamos a ocupar um canal da universidade no YouTube.

O curso passou a ter 40h de duração, com encontros de até duas horas, ao longo do ano. Para fins de certificação, os cursistas devem participar de, pelo menos, sete encontros e responder, por escrito, à questão reflexiva feita em relação ao tema abordado no encontro. O prazo final para envio das respostas é o início do mês de dezembro de cada ano. Até a edição de 2024, foram 5042 inscrições. Em 2024, alcançamos inserção internacional, com a participação de mulheres indígenas dos povos Waiyuú, Inga e Aruhaco, que vivem na Colômbia.

Desde 2022, as opções para elaborar as respostas foram ampliadas; além do texto, podem ser enviadas imagens, vídeo, áudio, poesia, desenho e relatos de experiência. Desde então, tem havido um importante diálogo entre a equipe executora e os cursistas. As respostas nos permitem avaliar o curso, pois evidenciam a boa acolhida à proposta, inclusive com envio de sugestões, como a criação de um grupo de estudos com temática indígena. Passamos, então, a considerar como atender a este desafio, mas de forma continuada, o que se encontra na dimensão do vir-a-ser.

Aprendendo a caminhar, caminhando

As temáticas de cada encontro estão voltadas às questões que os povos indígenas tenham interesse e necessidade de abordar, como: marco temporal, mulher indígena, lei n. 11.645/2008, espiritualidade, colonização, educação, línguas indígenas, literatura e arte indígenas, direito e direitos indígenas, território etc. No convite, é combinado o tema da fala.

São estratégias colaborativas de aproximação para a organização pedagógica e intercultural das ações. As memórias e as narrativas de origem são evidenciadas e podem conduzir espaços educativos a um local onde vão se aninhar às diversas modulações do estar-junto, compreendendo a possibilidade do “mergulho simbólico” como uma experiência seminal, intensa, de reencontro com as origens ancestrais que, de certa forma, nos constituem. Tem por objetivo promover o diálogo entre culturas no âmbito das aprendizagens interculturais, num contexto interdisciplinar, à luz do que propõe a Lei n. 11.645/2008.

A partir da convivência com sábios e intelectuais indígenas, compreendemos a necessidade de falar e agir “com”; que é fundamental contar com indígenas no planejamento e na execução das ações. O que tem nos guiado são as respostas às questões reflexivas. Cada resposta enviada, nos mais de trinta encontros realizados, vale uma análise. Dada a amplitude do material disponível, optamos por um recorte, escolhendo, aleatoriamente, o último encontro de 2023, cujo tema foi: “Kanhgang Êg My Há: para uma psicologia Kaingang’. As convidadas foram a psicóloga kaingang, mestre em psicologia social e institucional e doutoranda em Antropologia, Rejane Paféj kanhgág, com a mediação de indígenas e

pesquisadoras.

A questão reflexiva proposta foi: “[...] gostaríamos de saber sua compreensão sobre como é pensada a vida subjetiva na perspectiva kaingang? O que constitui o humano na educação kaingang?” A resposta poderia ser formulada por meio de fotografia, desenho, poesia, texto, ensaio ou arquivo de áudio enviados em anexo ao presente formulário.”

Entre as respostas enviadas, destacamos a manifestação de uma cursista:

Entendi que o povo Kaingang é composto por duas marcas, a Kamé e a Kairu, elas vão indicar a perspectiva de ver o mundo, as medicinas que são utilizadas, dentre outras questões. Kamé e Kairu se complementam. A vida é pensada de uma maneira coletiva, conectada com a natureza ou melhor, os povos indígenas são a floresta, pois carregam consigo um conhecimento ancestral, milenar. A fala da Rejane me fez lembrar do livro "Saberes da Floresta" da Marcia Kambeba, o qual ela apresenta outras maneiras de ver o processo de ensino-aprendizagem, a educação como um todo. Gostaria de deixar registrado que o curso foi maravilhoso! Aprendi muito nesta jornada e ano que vem pretendo participar da outra turma.

Em sua resposta, a cursista indica a compreensão da narrativa de criação do povo Kaingang e dos seus elementos fundantes, que são oposição e complementaridade. Além disso, amplia a reflexão e dialoga com outros conteúdos conhecidos, no caso, a obra de Márcia Kambeba.

Como já referido, um dos objetivos dessa ação extensionista é contribuir para a divulgação da história, da cultura e da presença atual dos indígenas, proporcionando aos professores uma formação a partir da Lei n. 11.645/2008. Nesta perspectiva, a resposta da cursista nos mostra que encontramos um bom caminho para dialogar com a comunidade sobre a temática. Da mesma forma, o número de inscritos durante os anos de 2020, 2021, 2022 e 2023, superando a marca de 5000 inscrições, indica o interesse em ouvir e dialogar com as palavras dadas por sábios e intelectuais indígenas.

A permanência da ação

A convivência com os povos indígenas foi moldando a forma como caminhamos, no curso e na vida. A importância da oralidade, da escuta sensível, do diálogo entre indígenas e não indígenas - e suas modulações -, foram indicando uma possível aproximação da letra da lei às ações que realizamos.

Na aparente simplicidade, uma grande complexidade: ajustes nas imagens produzidas para produção de material educacional, correção de palavras empregadas, adequação da representação indígena - não indígena nos diálogos interculturais, entre tantos outros movimentos, foram caracterizando a necessária inflexão dos pesquisadores não indígenas em direção ao modo de estar no mundo dos povos indígenas.

Percebemos que não há uma metodologia consolidada, pronta, mas sim um trançado entre culturas que vai nos dizendo qual a maneira mais adequada de caminhar. Muitas vezes titubeantes; outras vezes, com alguma segurança. Assim tem sido o nosso fazer metodológico. Quando atuamos, como coletivo de pesquisadores indígenas e não indígenas, em espaços formativos, colocamos em pauta as aprendizagens - e desaprendizagens -, tentando deixar claro que o caminho não está pronto, e que é preciso avançar.

Referências

BERGAMASCHI, M. A. Povos indígenas e ensino de história. Lei n. 11.645/2008: como caminho para a interculturalidade. In: BARROSO, V. L. M. *et al.* (org.). *Ensino de história: desafios contemporâneos*. Porto Alegre: Estação Exclamação, ANPUH, RS, 2010, pp. 151-166

BRASIL. *Constituição da República Federativa do Brasil de 1988*. Brasília, DF: Senado Federal: Centro Gráfico, 1988.

BRASIL. Lei nº 11.645, de 10 de março de 2008. Altera a Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996, alterada pela Lei nº 10.639, de 9 de janeiro de 2003, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática "História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena". *Diário Oficial da União*, Brasília, DF, 11 mar. 2008. Disponível em : http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2008/Lei/L11645.htm. Acesso em: jul/2024.

Kanhgang Êg My Há: Para uma psicologia Kaingang [por] Rejane Paféj. [S. l.: s. n], 2023. Vídeo (1:31:48min). Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=8D6BETHuz80> Acesso em: 27 jul. 2024.

SOUZA, F. R. S. *A Lei n. 11.645/2008 e a experiência formativa de professores na escola – imagens alquímicas da História e da cultura indígena para unus mundus*. Tese (Doutorado em Educação). Programa de Pós-Graduação em Educação. Universidade de Santa Cruz do Sul, 2019.

WERNZ, M. C. G. *Cruzamento de mundos em espaços educativos: a cosmologia kanhgág e o “estar-sendo” na convivência intercultural*. Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade de Santa Cruz do Sul (UNISC), Santa Cruz do Sul, RS, 2021